NAÇÕES UNIDAS
CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL

Distribuição: Limitada
E/ECA-EA-SA/ICSOE/2026/5p
Novembro de 2026

COMISSÃO ECONÓMICA PARA ÁFRICA
ESCRITÓRIO SUB-REGIONAL PARA A ÁFRICA AUSTRAL

Comité Intergovernamental Conjunto de Altos Funcionários e Peritos da África Oriental e Austral

10 a 13 de Novembro de 2026
Windhoek, Namíbia

Unir a África Oriental e Austral: conectividade, comércio e investimento para um continente mais integrado.

Nota do Secretariado*

Resumo

A África Oriental e Austral partilham a participação em quatro comunidades económicas regionais, fronteiras e corredores adjacentes, e dois acordos comerciais continentais: a Área de Comércio Livre Continental Africana e a Área de Comércio Livre Tripartida. Esta nota resume um documento de análise que questiona até que ponto estas ligações se mantêm na prática, utilizando dados oficiais, na sua maioria até 2025, e seis canais de análise: comércio, investimento, presença empresarial, mercados de capitais, infraestruturas e acordos transversais. Verifica-se que os dois blocos estão ligados, mas de forma estreita. A maior parte do comércio e do investimento permanece dentro de cada bloco, e as ligações transversais abrangem alguns países, produtos e grandes empresas, sobretudo de Sul para Leste e frequentemente ao longo de um corredor mineral. O capital praticamente não atravessa a fronteira, as infra-estruturas ligam os blocos apenas em três corredores, e os dois acordos comerciais encontram-se mais avançados no papel do que na prática. A lacuna reside menos na ausência de instituições do que na existência de instituições que ainda não operam para além da fronteira. A nota apresenta 15 recomendações práticas em cinco áreas, com horizontes temporais e indicadores de progresso, para consideração pelos Estados-Membros.

* A presente nota resume a versão revista do documento de questões elaborado por um consultor internacional para o ICSOE Conjunto (outubro de 2026), que contém o conjunto completo de tabelas, figuras, apêndices e fontes.

Introdução

1. A presente notaEste documento resume a versão revista do relatório sobre questões temáticas elaborado para a Sessão Conjunta do Comité Intergovernamental de Altos Funcionários e Peritos (ICSOE) para a África Oriental e Austral, convocada pela Comissão Económica para África (ECA) através dos seus gabinetes sub-regionais em Kigali e Lusaka. Um consultor internacional elaborou o relatório de acordo com os termos de referência do ICSOE Conjunto. Serve de base de evidências intersectoriais para a sessão e complementa quatro relatórios temáticos sobre turismo, conectividade energética, facilitação do comércio e financiamento para investimentos.

2. A sessão parte do pressuposto de que as duas sub-regiões estão intimamente ligadas. Os seus países pertencem a quatro comunidades económicas regionais, nomeadamente o Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA), a Comunidade da África Oriental (EAC), a Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD) e a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), e partilham fronteiras, corredores e dois acordos comerciais. O artigo questiona até que ponto esta ligação se mantém empráticas e que medidas poderiam aliviar os estrangulamentos que ainda persistem.

3. Para efeitos analíticos, a região é tratada como dois blocos geográficos, com 14 países no Leste e 11 no Sul, em vez de agrupamentos de comunidades.[1]São analisados seis canais: comércio, investimento, presença empresarial, mercados de capitais, infraestruturas e um conjunto de acordos transversais que abrangem tratados comerciais, turismo, energia, facilitação do comércio e financiamento do comércio. Os dados são os números oficiais mais recentes, referentes sobretudo ao ano de 2025.

4. O artigo aborda cinco lacunas na evidência. A primeira diz respeito à concentração do comércio,que testa os dois blocos e não se limita a repeti-los. Os outros pontos dizem respeito às tendências de investimento e às cadeias de valor desde a entrada em vigor dos dois acordos, à presença de empresas de cada bloco no outro, à profundidade dos mercados de capitais e ao potencial de mobilização de capital regional, bem como às lacunas infra-estruturais que restringem a integração, aspectos raramente avaliados numa perspectiva interblocos.

5. Dois acordos sobrepõem-se aos blocos. A Área de Livre Comércio Continental Africana (AfCFTA) entrou em vigor a 30 de maio de 2019, com o início das negociações a 1 de janeiro de 2021, e a Área de Livre Comércio Tripartida, assinada em 2015, entrou em vigor a 25 de julho de 2024. A análise abrange o período de 2015 a 2025, tendo como referência o início das negociações na AfCFTA em 2021 e a entrada em vigor do acordo Tripartido em 2024. Estas datas oferecem pontos de referência para avaliar se os laços comerciais e de investimento se mantêm. Embora não demonstrem que nenhum dos acordos tenha provocado qualquer alteração, a aplicação prática do acordo tripartido depende ainda das ofertas tarifárias, das regras de origem e da prontidão aduaneira, enquanto a do AfCFTA depende das tabelas tarifárias e da implementação nacional.

6. O panorama geral é de dois blocos ligados, mas apenas de forma ténue. A maior parte do comércio e do investimento permanece dentro de cada bloco, e as ligações que atravessam a fronteira passam por alguns países, alguns produtos e algumas grandes empresas, principalmente numa única direcção, do Sul para o Leste. Os acordos destinados a unir os blocos existem em grande parte no papel e ainda não funcionam para além das suas fronteiras.

7. A nota segue a estrutura do artigo. O Capítulo I trata do comércio, o Capítulo II do investimento e das cadeias de valor, o Capítulo III da presença empresarial e dos mercados de capitais, e o Capítulo IV das infraestruturas eOs sistemas transversais. O Capítulo V apresenta as recomendações e a sequência proposta. Tabelas, figuras, apêndices e fontes encontram-se no artigo completo.

I. O comércio entre os blocos é restrito e assimétrico.

8. O comércio entre os blocos está estabelecido, mas é pequeno e desigual. As exportações do Leste para o Sul aumentaram apenas de 3,9 mil milhões de dólares em 2015 para 4,8 mil milhões de dólares em 2025, pelo que a sua quota nas exportações globais do bloco caiu para menos de metade, de 12,3% para 5,6% (quadro 1). As exportações do Sul para o Leste cresceram de 4 mil milhões de dólares para 5,8 mil milhões. As exportações do Sul representam cerca de 3% das exportações globais do bloco. Ao longo da década, cresceram 3,9% ao ano, contra 2,2% no sentido inverso, e nenhum dos fluxos apresenta uma quebra relacionada com a AfCFTA ou com a

[1]Juntas, as quatro comunidades têm 29 países membros únicos; excluindo o Egipto, a Líbia, o Sudão e a Tunísia, restam 25. Como 19 dos 25 pertencem a duas ou mais comunidades, classificar o comércio por associação resultaria numa dupla contagem de alguns fluxos, pelo que cada país é atribuído a uma única área geográfica, seguindo Sandrey (2015).

Área de Livre Comércio Tripartida. O Sul é o exportador líquido mais consistente, com um excedente acumulado de 7 mil milhões de dólares, enquanto as exportações do Leste são mais voláteis e não voltaram ao pico de 7,43 mil milhões de dólares atingido em 2018.

Tabela 1
Exportações dentro e entre blocos, 2015 e 2025

Indicador	Leste 2015	Leste 2025	Sul 2015	Sul 2025
Exportações entre blocos (em biliões de dólares americanos)	3,9	4,8	4.0	5,8
Exportações entre blocos (percentagem das exportações globais)	12.3	5.6	2.7	2.9
Exportações intrabloco (percentagem das exportações globais)	17.3	18.1	20,5	18,5

Fonte: ECA, com base no documento de questões e nos dados do UNCTADstat sobre o comércio bilateral de bens (UNCTAD, 2026).

9. Os estudos sugerem há muito tempo que cerca de 80% do comércio dentro dos agrupamentos regionais de África permanece dentro deles e cerca de 20% cruza-se entre eles.[2]Testado para os dois blocos, o parâmetro de referência mantém-se em grande parte. A participação do bloco Sul entre os blocos é sempre inferior a 20%, enquanto a participação acumulada do bloco Leste, de 31,6% no período de 2015 a 2025, desce para 11,2% quando a República Democrática do Congo é excluída como exportadora. A aparente abertura do bloco do Leste ao bloco Sul reflecte, portanto, as exportações minerais de um só país e não uma integração alargada. Assim, ambos os blocos negoceiam principalmente entre si.

10. A concentração é acentuada por país, produto e corredor. A República Democrática do Congo fornece três quartos das exportações do Leste para o Sul, principalmente para a África do Sul, Zâmbia e Moçambique, enquanto a África do Sul fornece mais de metade das exportações do Sul para o Leste. Os dez maiores pares de países transportam 92% das exportações do Leste para o Sul, contra 78% no sentido inverso. A República Democrática do Congo e a África do Sul formam o maior par em ambas as direções, e as exportações dentro de cada bloco também estão concentradas, no Djibuti (que reexporta principalmente para a Etiópia), Quénia, Uganda e República Unida da Tanzânia, no Leste, e na África do Sul, no Sul. Os fornecimentos industriais processados, principalmente cobre, minérios de cobre, ouro não monetário e produtos químicos inorgânicos, representam 83% das exportações do Leste para o Sul, mas 39% das exportações do Sul para o Leste.

11. A composição do comércio difere em aspetos importantes para a integração industrial. Os bens de capital e o equipamento de transporte industrial representam quase um quinto das vendas do Sul para o Leste e cerca de 2% das vendas do Leste para o Sul, pelo que os bens intermédios, de consumo e de capital constituem 90%, 8% e 2% das exportações do Leste, respectivamente, mas 65%, 17% e 18% das exportações do Sul. A complementaridade entre os blocos é baixa em ambos os sentidos, cerca de 30 numa escala de 100, o que indica um comércio impulsionado por um estreito corredor mineral e não por uma ampla correspondência entre a oferta e a procura.

12. Os serviços alteram o panorama apenas parcialmente. Entre 2015 e 2024, o Leste exportou 5,3 mil milhões de dólares em serviços para o Sul, contra 3,5 mil milhões de dólares no sentido inverso, um excedente de 1,7 mil milhões de dólares que compensa parte das exportações do Sul.O excedente de bens é de 6 mil milhões de dólares, embora o comércio de bens seja cerca de dez vezes superior em termos absolutos. Os serviços são prestados por diversos intervenientes, principalmente a República Unida da Tanzânia, o Quénia, a Etiópia, a África do Sul e as Maurícias, e o Leste vende praticamente tantos serviços para o Sul como dentro do seu próprio bloco, uma ligação que não depende do corredor mineral.

[2]O parâmetro de referência foi extraído de Kassa e outros (2022) e Mold (2022). A participação entre blocos é medida como as exportações para o outro bloco divididas pela soma das exportações dentro do bloco e das exportações para o outro bloco, acumuladas ao longo de 2015–2025.

II. Os fluxos de investimento vão do Sul para o Leste, e as cadeias de valor seguem um único corredor.

13. O investimento flui principalmente do Sul para o Leste, embora as evidências sejam parciais, uma vez que apenas quatro países publicam dados sobre o investimento direto estrangeiro (IDE) por parceiro.[3]No Quénia, na República Unida da Tanzânia e no Ruanda, os investidores do Sul detinham cerca de 7,4 mil milhões de dólares em 2023-2024, aproximadamente um quinto de todo o investimento estrangeiro, embora menos de 10% quando se excluem os investimentos realizados através das Maurícias. Os investidores do Leste detinham apenas cerca de 0,4 mil milhões de dólares no Sul, dos quais 0,24 mil milhões de dólares estavam na Zâmbia. Este padrão reflecte as conclusões continentais de que o IDE intra-africano é limitado e liderado pelo Sul, sendo que a África do Sul representa 60% a 70% de um stock que, excluindo as Maurícias, atingiu um pico de 52 mil milhões de dólares em 2017, ou 11% do stock de IDE de África (Echandi et al., 2022).

14. Os projetos greenfield anunciados contam uma história semelhante. Os investidores do Sul anunciaram entre 2,9 mil milhões e 5,8 mil milhões de dólares em projetos no estrangeiro a cada ano, entre 2022 e 2025, em comparação com 0,9 mil milhões a 1,8 mil milhões de dólares para o Leste.investidores, embora os dados não identifiquem o bloco alvo.[4]O Quénia representou mais de metade do total da região Leste em três dos quatro anos, e as Maurícias lideraram o total da região Sul em 2025. Ambos os blocos recebem muito mais do que investem no estrangeiro. Os investimentos intra-africanos centram-se em serviços como a comunicação, as finanças, os serviços empresariais e o turismo, enquanto os investimentos de fora de África se destinam principalmente aos recursos naturais e à indústria transformadora.

15. As fusões e aquisições são ainda mais unilaterais. O estudo analisou 333 decisões de fusão da Comissão de Concorrência e Consumidores do COMESA para o período de 2015 a 2025 e acrescentou dois negócios anunciados pelos adquirentes, totalizando 17 aquisições entre blocos, todas realizadas por empresas do Sul que compraram empresas do Leste. Os grupos sul-africanos realizaram 12 destas aquisições, os grupos mauricianos cinco e o Quénia foi o alvo em 12 casos. Treze dos 17 negócios foram no sector dos serviços, principalmente serviços financeiros, sendo oito deles, dos quais cinco, no sector dos seguros, e são melhor descritos como procura de mercado do que como ligações entre sistemas de produção.[5]

16.º O valor acrescentado comercializado entre os blocos quase duplicou entre 2015 e 2023, passando de 1,2 mil milhões de dólares para 2,4 mil milhões, mas a maior parte passa pela República Democrática do Congo.o Congo. Sem este país, o Sul proporciona mais valor acrescentado ao Leste do que o Leste ao Sul, com 524 milhões de dólares contra 319 milhões de dólares em 2023. As cadeias de produção que operam, emergem ou poderão desenvolver-se estão resumidas no quadro 1, embora os dados de insumo-produto não incluam Comores, Essuatíni, Lesoto, Maurícias ou Seicheles.[6]

[3]Quénia, República Unida da Tanzânia, Ruanda e Zâmbia. As Maurícias são tratadas como um centro financeiro offshore, pelo que os totais são apresentados com e sem ele, e os registos captam os investidores imediatos, e não os finais. Ambos os fluxos representam, portanto, limites inferiores.

[4]Os dados provêm das fichas informativas da UNCTAD para 23 dos 25 países e referem-se a anúncios, e não a investimentos efectivamente realizados. Nenhum país parceiro foi incluído no relatório.

[5]Outras dez aquisições utilizaram veículos incorporados nas Maurícias que pertenciam a partes exteriores aos dois blocos ou a proprietários que não puderam ser identificados, e não são contabilizadas como transfronteiriças.

[6]A margem de crescimento é o valor mais baixo entre as exportações do bloco fornecedor para o mundo e as importações do bloco parceiro provenientes do mundo, menos o comércio interblocos corrente, contabilizado apenas quando o fornecedor possui uma vantagem comparativa revelada. As medidas de comércio, tendência e margem diferem na sua essência e não são somadas.

Tabela 1

Cadeias de valor intersectoriais: operacionais, emergentes e potenciais

O artigo classifica as cadeias de produtos com base nas evidências disponíveis. As cadeias operacionais, nas quais o produto é comercializado entre blocos e o seu processamento no bloco importador está documentado, são todas baseadas em minerais e metais e centradas na República Democrática do Congo, Zâmbia e África do Sul. Exemplos incluem concentrados de cobre e cobalto para fundições zambianas, ouro em bruto para a Refinaria Rand, equipamento de mineração para o Congo e tarugos de aço para o Quénia e a República Unida da Tanzânia. O corredor está a passar da fundição de concentrados na Zâmbia, onde o comércio anual caiu de 912 milhões de dólares para 258 milhões de dólares entre 2015-2017 e 2023-2025, para a refinação de ouro na África do Sul, onde aumentou de 204 milhões de dólares para mil milhões de dólares.

As cadeias emergentes estão no setor agroalimentar, nomeadamente açúcar e melaço, aromatizantes e bases para bebidas, milho e folhas de tabaco. As cadeias potenciais, onde o fornecedor é competitivo e a procura por parte dos parceiros é grande, mas ainda pouco comercializada, incluem cobre refinado, alumínio, óleos vegetais, rações para animais e oleaginosas. As maiores margens de crescimento encontram-se no açúcar do Sul para os fabricantes de alimentos e bebidas do Leste, em mais concentrados congoleses para as fundições zambianas, no cobre refinado do Sul para os fabricantes do Leste e nos óleos vegetais do Leste para os processadores do Sul. Os dados de insumo-produto apoiam estas cadeias e apontam para o cimento e os produtos químicos inorgânicos, mas não para o alumínio, a alimentação animal ou as oleaginosas.

*Fonte:*A ECA, com base no documento de análise, no UNCTADstat e na base de dados multirregional de insumo-produto GLORIA.

III. Presença corporativa e mercados de capitais

I. Presença corporativa

17. A integração empresarial reflete o comércio e o investimento. Dos 434 grupos listados e não listados analisados, 44 grupos do Sul têm presença em 97 países do Leste, contra 11 grupos do Leste com 22 presenças no Sul.[7]A África do Sul alberga 22 dos 55 grupos com presença em todos os blocos, e as Maurícias, 15. Os grupos do sul concentram-se no Quénia, na República Unida da Tanzânia e no Uganda, enquanto os grupos do leste se localizam no Malawi, em Moçambique e na Zâmbia.

18. Os setores financeiro e das telecomunicações concentram a maior parte da integração. Dezoito dos 55 grupos são bancos, seguradoras ou instituições de crédito, e dois operadores do Sul operam redes móveis em sete países do Leste. A presença industrial acompanha o corredor mineral, com quatro grupos a servir as minas de cobre e cobalto da República Democrática do Congo.O Congo com energia, detonações, perfuração e transporte. A presença é de longa data, dado que apenas nove grupos a estenderam através de aquisições registadas entre 2015 e 2025, pelo que a contagem de negócios subestima os laços corporativos.

19. Que presençasA contribuição local está pouco documentada. Apenas 25 dos 55 grupos reportam pelo menos um contributo para o desenvolvimento nos seus países de acolhimento, e quatro reportam as três dimensões: emprego, ligações com fornecedores e competências.[8]O emprego é referido por 21 grupos, as competências ou tecnologia por 12 e o fornecimento local por sete. Os casos quantificados mais claros incluem cerca de 10.750 colaboradores numa cadeia de retalho queniana pertencente a um grupo mauriciano, e percentagens de compras locais de cerca de 80% num banco ugandense e 77% numa operadora móvel tanzaniana. Estudos independentes apontam para efeitos que os relatórios das empresas não captam, como a constatação de que o acesso ao dinheiro móvel no Quénia retirou cerca de 2% das famílias da pobreza extrema, e que os bancos pan-africanos alargaram o acesso das empresas ao crédito, embora também abram novos canais para os riscos financeiros transfronteiriços.

B. Os mercados de capitais e o financiamento para o desenvolvimento

20. Os mercados de capitais ligam os blocos muito menos do que o comércio, o investimento e a presença empresarial. Apenas uma empresa está cotada nas bolsas de valores de ambos os blocos: uma empresa sul-africana com uma cotação secundária no Ruanda desde 2020, cujas acções ruandesas se mantiveram ao preço de negociação do preço inicial e que não tem operações no Leste. Nenhuma acção do Leste está listada numa bolsa do Sul, e as 32 listagens dentro dos blocos estão principalmente no Sul, com 22 contra 10 no Leste. Estão a ser

[7]Considera-se que um grupo está presente quando detém uma subsidiária, filial, associada ou joint-venture com, pelo menos, 20% do poder de voto no final de 2025. As franquias, distribuidores, exportações e participações minoritárias em carteiras de empresas estão excluídas.

[8]As pontuações medem a disponibilidade de evidência documentada e não a dimensão ou a qualidade de uma contribuição; logo, a falta de evidência não demonstra a falta de contribuição.

construídas ligações de bolsa e liquidação dentro de cada bloco, enquanto o Projeto de Ligação de Bolsas Africanas, que encaminha as ordens entre sete bolsas, incluindo Joanesburgo, Maurícias e Nairobi desde 2022, oferece um canal existente que poderá servir ambos.

21. O setor bancário é a principal ponte, mas funciona num único sentido. Seis grupos do Sul detêm 16 bancos em sete países do Leste, enquanto dois grupos do Leste detêm dois bancos em dois países do Sul. A concentração bancária dentro dos blocos é muito maior, sendo que oito grupos do Sul possuem 32 bancos em dez países do Sul e oito grupos do Leste possuem 25 bancos em oito países do Leste.

22. As poupanças para a reforma praticamente não ultrapassam as fronteiras. Os 14 fundos com dados publicados detêm cerca de 241 mil milhões de dólares americanos, dos quais quatro quintos se encontram no Sul, mas a única detenção trans-bloco documentada é de 8,3 milhões de dólares americanos detidos por fundos do Zimbabué no Ruanda, o que representa cerca de 0,3% dos seus activos.[9]No Oriente, as regras explicam grande parte disto: o Uganda e a República Unida da Tanzânia restringem o investimento em pensões à África Oriental, o Quénia e o Ruanda limitam o investimento fora do país a 15% dos activos, e a Etiópia não prevê tal restrição. Os fundos do Sul podem investir 15% a 70% dos activos no estrangeiro, mas direccionam esses investimentos para a África do Sul ou para os mercados globais.

23. O financiamento para o desenvolvimento oferece uma ponte parcial. Das 69 instituições financeiras de desenvolvimento identificadas, 57 têm mandatos limitados a um país ou bloco, e 12 podem financiar projectos em ambos os países, entre elas o Banco de Comércio e Desenvolvimento, cujo capital social é composto em 53% por países de Leste e 21% por países do Sul, mas a capacidade de empréstimo concentra-se principalmente em instituições do Sul e do continente, que raramente divulgam onde concedem empréstimos. Diversas barreiras limitam a mobilização do capital. Os governos africanos pagam entre 0,5 e 0,9 pontos percentuais mais em eurobónus do que os emitentes com classificação semelhante noutros países; apenas 8% do financiamento privado mobilizado pelo financiamento para o desenvolvimento chega aos países de baixo rendimento, incluindo a maioria dos países da Europa de Leste; e cerca de 80% dos projectos de infra-estruturas africanos falham na fase de estudo de viabilidade. O único canal que reunia as pensões e as poupanças soberanas de ambos os blocos foi encerrado em 2025, quando o Banco de Comércio e Desenvolvimento recomprou as ações em causa.

4. Infraestrutura e os sistemas transversais

A. Transportes, ligações digitais e aéreas

24. A infra-estrutura liga os blocos em apenas três corredores, todos em reconstrução, com financiamento recente ou congestionados. A ferrovia TAZARA, entre Dar es Salaam e a Zâmbia, está em processo de reabilitação através de uma concessão assinada em 2025 e transporta carga muito abaixo da meta pós-reabilitação. O Corredor Norte-Sul entra a Este emKasumbalesa, e o trânsito e desalfandegamento de Durban até essa fronteira demora cerca de 16 dias. O corredor do Lobito para a República Democrática do Congo e Zâmbia garantiu financiamento para a sua ferrovia angolana e para a ligação à Zâmbia.

25. As restrições vinculativas estão no interior do país e não na capacidade portuária.As filas em Kasumbalesa estendem-se por dezenas de quilómetros e a travessia demora três a dez dias nos períodos de ponta. Já em Tunduma-Nakonde, os camiões permanecem durante cerca de 64 horas, com menos de metade das mais de mil chegadas diárias a atravessar a fronteira no mesmo dia, em comparação com três a seis horas em Beitbridge, no sul do país. Os portos dos dois blocos competem pela mesma carga proveniente de países sem litoral, como a Zâmbia e a República Democrática do Congo, e não formam uma rede partilhada. Dar es Salaam, que movimentou cerca de 27,7 milhões de toneladas em 2024/25, com um quinto destinado à República Democrática do Congo, é o único porto que serve ambos os países. O aumento da capacidade portuária não alarga o alcance de um porto a menos que a evacuação ferroviária, as estradas do interior e os procedimentos fronteiriços sejam melhorados.

26.º As ligações digitais atravessam os quarteirões mais facilmente, através de redes terrestres privadas.A fibra ótica liga Mombaça a Joanesburgo, e os cabos submarinos abrangem ambas as costas, embora a banda larga móvel básica custe cerca do dobro e a banda larga fixa mais de seis vezes, ultrapassando a meta de acessibilidade de 2% do rendimento. As ligações aéreas são reguladas a nível continental, com 38 estados a aderir ao Mercado

[9]Um fundo que não declara participações no outro bloco é registado como "nenhuma documentada", o que não comprova a ausência de participações.

Único de Transporte Aéreo Africano até meados de 2026, mas as ligações entre os blocos dependem de acordos bilaterais e de alguns centros, como Adis Abeba, Nairobi, Kigali e Joanesburgo.

B. Acordos comerciais

27. Os acordos comerciais estão mais avançados no papel do que na prática (quadro 2). A AfCFTA foi ratificada por 23 dos 25 países, mas apenas 16 a implementaram.As tabelas tarifárias publicadas em Diário da República e o comércio preferencial estão documentados para 10 países. Os blocos estão paralisados em diferentes pontos. Metade dos países de Leste não publicou as suas tabelas tarifárias em Diário Oficial e, por isso, ainda não podem comercializar ao abrigo do acordo, enquanto no Sul a publicação está quase concluída, mas cinco dos nove países que já publicaram não apresentam comércio documentado, sendo que a Zâmbia não realizou qualquer exportação da AfCFTA até meados de 2026.

Tabela 2
AfCFTA e Área de Livre Comércio Tripartida, número de países em cada etapa, outubro de 2026

Degrau	Este (14)	Sul (11)	Todos (25)
AfCFTA ratificada	12	11	23
Tabela tarifária da AfCFTA publicada no Diário da República	7	9	16
Comércio preferencial da AfCFTA documentado	6	4	10
Acordo tripartido ratificado	4	9	13
Preferências tripartidas concedidas ao outro bloco	7	0	7

Fonte: ECA, com base no documento de questões (apêndice M).

28. A Área de Comércio Livre Tripartido, o único acordo concebido para unir os blocos, foi ratificada por nove países do Sul, mas apenas por quatro do Leste, nomeadamente o Burundi, o Quénia, o Ruanda e o Uganda.A sua única ligação funcional opera numa única direção. Desde maio de 2026, sete membros da EAC, com exceção da República Unida da Tanzânia, concederam entrada preferencial a mercadorias da União Aduaneira da África Austral, três deles sem terem ratificado o acordo, enquanto nenhum membro desta união concede preferências a mercadorias da EAC.[10]A fragmentação regulamentar deste tipo agrava a fragmentação física dos corredores, uma vez que as regras comuns pouco contribuem onde o transporte é dispendioso, e melhores estradas pouco contribuem onde as tarifas, os procedimentos e as regras de origem mudam em cada fronteira.

C. Turismo, energia, facilitação do comércio e financiamento do comércio

29. Os acordos de facilitação do turismo, da energia e do comércio mantêm-se em vigor.organizado dentro de cada bloco. O Visto Turístico da África Oriental abrange o Quénia, o Ruanda e o Uganda, e o KAZA UniVisa abrange a Zâmbia e o Zimbabué, enquanto o COMESA, cujos membros abrangem ambos os blocos, ainda não possui uma estrutura de turismo e está a preparar uma com a ECA. Como os vistos ainda são necessários para a maioria das viagens dentro de África e as ligações aéreas passam por poucos centros, o canal do turismo para o comércio continua a ser largamente subutilizado, embora um estudo associe um aumento de 10% no turismo intra-africano a um aumento de 1,4% a 3,2% nas exportações continentais. O interconector Tanzânia-Zâmbia, concebido para unir os pools de energia da África Oriental e da África Austral, teve a sua implementação iniciada em 2025 e as suas principais obras estavam em fase de licitação em 2026. O conselho regulador do pool oriental e do pool sul assinou um memorando sobre os códigos de rede, resolução de litígios e protocolos de negociação em fevereiro de 2026, mas a troca regular de energia entre os pools ainda não foi demonstrada.

30. Em matéria de facilitação do comércio, cada bloco dispõe dos seus próprios instrumentos, como o Território Aduaneiro Único da EAC, o rastreamento eletrónico de cargas e os postos de fronteira de atendimento único, os estudos de libertação programada de corredores na SADC e a garantia de trânsito da COMESA, o certificado eletrónico de origem e o Regime de Comércio Simplificado, que são apenas parcialmente adotados. Além disso, o Regime de Comércio Tripartido Simplificado para pequenos comerciantes está a ser implementado a título experimental em quatro postos de fronteira.Duas delas, Kasumulu-Songwe e Tunduma-Nakonde, interligam os blocos, embora o levantamento inicial e a validação da estrutura ainda estivessem pendentes em 2026. A restrição reside na interoperabilidade e não na falta de instrumentos. O financiamento do comércio é a restrição financeira mais imediata. O défice de financiamento do comércio africano rondava os 74 a 92 mil milhões de dólares em 2024, os bancos apenas financiaram cerca de 25% do comércio do continente, uma queda face aos

[10]Aviso Legal EAC/138/2026.

40% antes da pandemia, e mais de um terço dos pedidos foram rejeitados. Os pagamentos representam uma barreira menor, dado que o sistema regional de pagamentos do COMESA está em funcionamento nos bancos centrais de ambos os blocos e o Sistema Pan-Africano de Pagamentos e Liquidações liga 28 países.

V. Conclusões e recomendações

31. As evidências apontam para quatro restrições interligadas. Os compromissos legais ultrapassaram a sua implementação. A infraestrutura liga os blocos através de apenas três corredores. O capital permanece dentro de cada bloco. As relações comerciais, de investimento e corporativas concentram-se em alguns pares de países, produtos e grupos do Sul, e os dados necessários para as monitorizar são escassos. Como as restrições estão interligadas, o progresso em qualquer uma delas isoladamente não será suficiente, e o fosso entre os blocos reside menos na ausência de instituições ou acordos do que na inexistência de instituições ou acordos que ainda não funcionem para além da fronteira.

32. Estas conclusões têm limitações. As posições bilaterais de IDE são publicadas por apenas quatro países e registam investidores imediatos, e não finais, nem serviços.As estimativas por parceiro baseiam-se em modelos, os dados dos novos projectos omitem os países parceiros e os bancos de desenvolvimento raramente divulgam os empréstimos por bloco. As estimativas de IDE são, portanto, limites inferiores, e o preenchimento destas lacunas está entre as recomendações.

33. O documento propõe 15 recomendações práticas em cinco áreas, cada uma delas fundamentada em evidências, com um horizonte temporal e uma medida de progresso definidos, e ligadas a instituições com o mandato relevante. O objetivo é fazer com que os instrumentos existentes funcionem em todos os blocos, e não criar novas instituições. Os papéis das instituições mencionadas ainda não foram definidos e serão estabelecidos através de consulta. Os Estados-Membros podem considerar o seguinte:

(a) Acordos comerciais e fronteiras: acompanhar a implementação de ambos os acordos país a país; concluir as etapas legais pendentes, nomeadamente as tabelas tarifárias da AfCFTA em sete países do Leste e a ratificação do acordo tripartido por seis signatários do Leste, incluindo a República Unida da Tanzânia e a República Democrática do Congo, enquanto se analisa por que razão cinco países do Sul que têmOs decretos oficiais não mostram qualquer comércio documentado; estabelecer a reciprocidade da ligação entre a Comunidade da África Oriental (EAC) e a União Aduaneira da África Austral (SACU), com as preferências do Sul para as mercadorias da EAC e a inclusão da República Unida da Tanzânia; e alinhar a digitalização, a documentação e os horários de funcionamento em Tunduma-Nakonde e Kasumbalesa;

(b) Infraestruturas e energia: modernizar os sistemas ferroviários, fronteiriços e operacionais em conjunto nas três ligações transversais; preparar estas ligações e a interligação como projetos financiáveis, com estudos de viabilidade, modelos financeiros e financiadores identificados; acordar regras de comercialização e códigos de rede para os dois sistemas de energia antes da entrada em funcionamento da linha; e desenvolver produtos turísticos multinacionais, explorando o reconhecimento mútuo entre o Visto Turístico da África Oriental e a KAZA.UniVisa;

(c) Cadeias de valor: concentrar o apoio nas cadeias que as evidências comprovam, nomeadamente o açúcar e o cobre refinado do Sul para os fabricantes do Leste, os concentrados congoleses para as fundições da Zâmbia e os óleos vegetais do Leste para os processadores do Sul, e confirmar que estes produtos gozam de preferências ao abrigo do acordo da Comunidade da África Oriental (EAC) e da União Aduaneira da África Austral (SACU) e das listas da Zona de Livre Comércio Continental Africana (AfCFTA);

(d) Finanças e mercados de capitais: analisar se as regras de pensões poderiam tratar os títulos cotados do outro bloco como títulos regionais dentro dos limites prudenciais existentes; utilizar o Projecto de Ligação das Bolsas Africanas e as ligações das bolsas existentes para negociação e cotações entre blocos; alargar a cooperação de supervisão aos grupos bancários que operam em todos os blocos; e ligar a interoperabilidade dos pagamentos ao financiamento do comércio e à cobertura de riscos para os operadores;

(e) Evidências e convergência: eliminar as principais lacunas de dados, nomeadamente o investimento por investidor final, o comércio de serviços por parceiro e os empréstimos dos

bancos de desenvolvimento por país, e convergir gradualmente as regras aduaneiras, de investimento e financeiras em toda a região tripartida, alargando os projetos-piloto que funcionam.

34. O artigo sugere uma abordagem piloto, de medição e de ampliação. Dentro de um ano, os estrangulamentos nas fronteiras e na preparação do projeto serão resolvidos. O processo estaria concluído, aguardando-se as diligências legais e a publicação de dados mais precisos. Ao longo de um a três anos, as cadeias de valor, o financiamento e o acesso ao mercado seriam alargados e, a longo prazo, o comércio de energia seria reforçado e as regulamentações alinhadas. O progresso poderia ser avaliado anualmente com base nos indicadores associados a cada recomendação, que incluem o estado anual de implementação dos acordos nos 25 países, os tempos de paragem e de passagem dos camiões, a tonelagem e os tempos de trânsito ferroviário, os fundos de pensões no outro bloco e o financiamento e a cobertura do comércio entre blocos, expandindo apenas o que funciona, e o papel e o calendário de cada ação seriam discutidos previamente com as instituições mencionadas, incluindo no âmbito da ECA.